

## **CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CTCOB-CNRH)**

### **GRUPO DE TRABALHO ENTIDADES DELEGATÁRIAS (GTED)**

#### **Relatório final**

#### **1. Criação do grupo**

Este grupo (GT-ED) foi criado no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, na sua 85ª reunião, que ocorreu em 26 e 27 de agosto de 2014. O grupo teve por objetivo analisar e propor à CTCOB alternativas de ordem institucional para a solução dos problemas operacionais e estruturais da sustentabilidade econômico financeira das entidades delegatárias, no exercício das funções de Agência de Bacia Hidrográfica.

*Integrantes:* Zeila Piotto (FIESP); Jaildo Santos Pereira (OTEP); João Clímaco Soares de Mendonça (ONG); Mônica Irion Almeida (Concessionárias/autorizadas Geração de Energia Elétrica); Sílvio Siqueira (Saneamento); Geraldo Góes (SRHU). A *coordenação* do grupo foi feita pela representante da FIESP, Zeila Piotto e a *relatoria*, pelo representante da OTEP, Jaildo Pereira.

*Reuniões realizadas:* Foram realizadas 05 reuniões no período de novembro de 2014 a agosto de 2015.

Cabe destacar que este grupo tem caráter temporário, conforme prevê o Regimento Interno do CNRH.

#### **2. Contextualização**

A situação da sustentabilidade econômico-financeira das entidades delegatárias no exercício de suas funções de agência de água foi um dos temas prioritários da pauta da CTCOB, em atendimento às demandas do CNRH.

A partir das discussões ocorridas na CTCOB foi possível observar que:

- Não havia um padrão claro de classificação de despesas consideradas como custeio (atividades meio) e atividades fim;
- As entidades delegatárias com contratos de gestão, vigentes à época, junto à Agência Nacional de Águas - ANA apresentavam problemas de sustentabilidade financeira para execução das suas atividades e atendimento às metas dos contratos.

### **3. Normativos legais**

#### **a) Segundo o Capítulo IV da Lei nº 9433/97:**

*Art. 41. As Agências de Água exercerão a função de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.*

*Art. 42. As Agências de Água terão a mesma área de atuação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.*

*Parágrafo único. A criação das Agências de Água será autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos mediante solicitação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.*

*Art. 43. A criação de uma Agência de Água é condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:*

*I - prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;*

*II - viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.*

*Art. 44. Compete às Agências de Água, no âmbito de sua área de atuação:*

*I - manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação;*

*II - manter o cadastro de usuários de recursos hídricos;*

*III - efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;*

*IV - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;*

*V - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação;*

*VI - gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação;*

*VII - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;*

*VIII - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;*

*IX - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;*

*X - elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;*

*XI - propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:*

*a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes;*

*b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;*

*c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;*

*d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.*

Além destes, o parágrafo 1º do artigo 22 desta Lei limita a 7,5% o montante de recursos da cobrança que podem ser destinados ao pagamento de despesas de implementação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SNGRH).

Nas disposições transitórias, o artigo 51 desta Lei, prevê que o **Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Conselhos Estaduais** de Recursos Hídricos **poderão delegar** às organizações sem fins lucrativos relacionadas no art. 47 desta Lei, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos.

Cabe mencionar que ainda não foi feita a regulamentação das Agências de Água prevista na Lei. Em vista disso, **a Lei nº 10.881/04**, determinou o regramento para que a ANA, conforme competência atribuída na Lei de sua criação **(Lei nº 9984/00)** estabeleça *contrato de gestão* com entidades delegatárias das funções de competência das Agências de Água relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União previstas nos artigos 41 e 44 da *Lei nº 9.433/1997*, observando-se as mesmas condições estabelecidas nos artigos 42 e 43 da *Lei nº 9.433/1997*, quais sejam:

- *I - prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica; e*
- *II - viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.*

**b) Atribuições segundo Lei nº 10.881**

*Além de exercerem a função de secretaria executiva do Comitê de Bacia Hidrográfica (art. 41 da Lei 9.433/97), compete as Agências de Água, conforme o art. 44 da Lei 9.433/97:*

*I - manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação;*

*II - manter o cadastro de usuários de recursos hídricos;*

*III - efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;*

*IV - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;*

*V - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação;*

*VI - gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação;*

*VII - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;*

*VIII - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;*

*IX - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;*

*X - elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;*

*XI - propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:*

*a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes;*

*b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;*

*c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;*

*d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.*

*Enquanto as Agências de Água não estiverem constituídas, os Conselhos de Recursos Hídricos podem delegar, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água para organizações sem fins lucrativos (consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade; outras organizações reconhecidas pelos Conselhos de Recursos Hídricos).*

### **c) Resoluções no âmbito do CNRH**

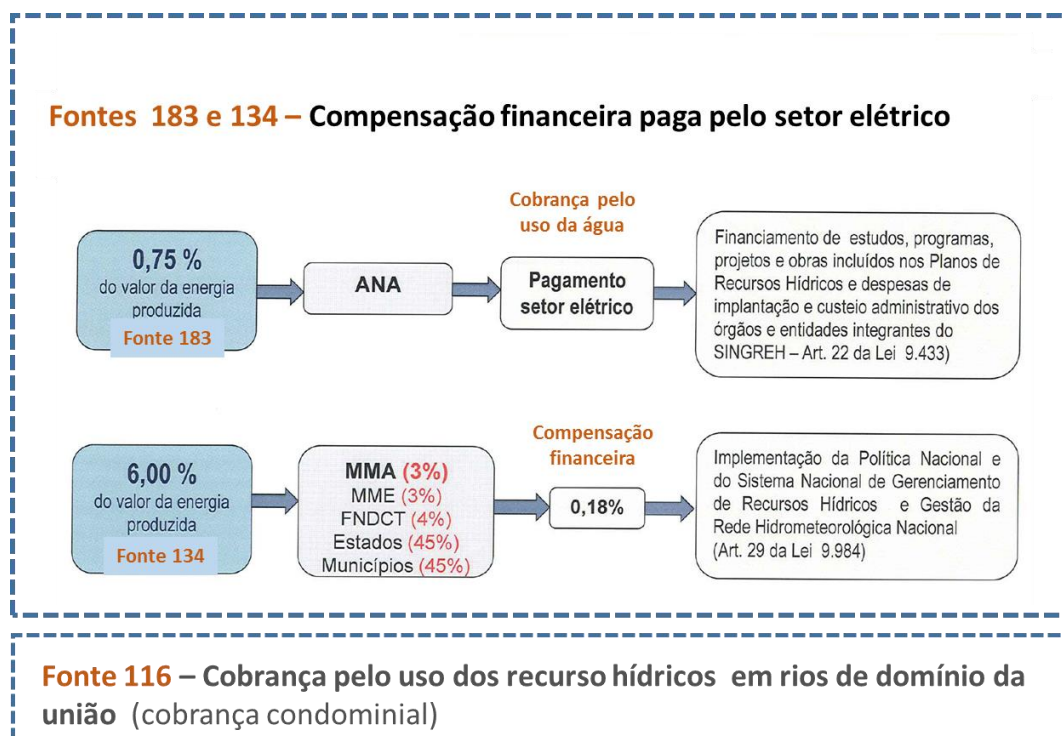
Tendo em vista a competência do Conselho em delegar as funções de agência de bacia às entidades sem fins lucrativos, o CNRH emitiu desde 2002 diversas Resoluções com este fim. Entretanto, nenhuma destas contempla normativa com diretrizes, requisitos ou regras para a avaliação e verificação da sustentabilidade econômico financeira das entidades, bem como, requisitos mínimos atinentes ao processo de indicação e análise tanto no âmbito no CNRH, quanto nos Comitês.

### **d) Principais Resoluções ANA**

- *Resolução ANA nº 2019, de 15/12/2014 - Estabelece procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de Agência de Água para a seleção e recrutamento de pessoal, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências.*
- *Resolução ANA nº 2018, de 15/12/2014 - Dispõe sobre o enquadramento das despesas a ser observados pelas entidades delegatárias de função de Agência de Água, referentes à aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União, no âmbito dos contratos de gestão firmados nos termos da Lei nº10.888, de 9 de junho de 2004.*
- *Resolução ANA nº 498, de 10/09/2012 - Institui a Comissão de Acompanhamento de Contratos de Gestão - CACG.*
- *Resolução ANA nº 146, de 04/05/2012 - Constitui Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão celebrados entre a ANA e as entidades delegatárias de funções de Agência de Águas.*
- *Resolução ANA nº 552, de 08/08/2011 - Estabelece os procedimentos para compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos pelas entidades delegatárias de funções de agência de água, nos termos do Artigo 9º da Lei nº 10.881, de 9/06/2004.*
- *Resolução ANA nº 306, de 26/05/2008 - Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de competência das Agências de Água para a seleção e recrutamento de pessoal*

## **4. Fontes de recursos e limitações para o custeio administrativo**

- 4.1.** Segundo as normativas vigentes, as fontes que devem ser alocadas para o gerenciamento de recursos hídricos estão indicadas na figura a seguir:



#### 4.2. Aplicação dos recursos da cobrança

A cota do MMA (fonte 134) destinada a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e implementação da rede hidrometeorológica nacional sofre contingenciamento, não sendo aplicada conforme previsto em Lei.

A aplicação dos recursos da fonte 183 é feita pela ANA no financiamento de planos, programas e obras, conforme prioridades definidas pelo CNRH no plano nacional de recursos hídricos (PNRH).

O parágrafo 1º do artigo 22 da Lei Nº 9433/97 **limita em 7,5%** o montante de recursos da cobrança que podem ser destinados ao pagamento de despesas de implementação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH).

Restando, portanto, 92.5% que podem ser investidos em programas, planos e demais ações.

Segundo plano gerencial interno da ANA, uma das subcontas criadas para a aplicação dos recursos da fonte 183, tem como foco o fomento à criação e consolidação dos Comitês de Bacia.

Destaca-se que o pagamento dos servidores da ANA provém da fonte 100 – recursos do tesouro.

A fonte 116, relativa a cobrança condominial em rios de domínio da União, é repassada aos respectivos comitês pela Agência Nacional de Águas, por intermédio dos contratos de gestão firmados com as entidades delegatárias, tendo os Comitês como intervenientes.

Assim sendo, observa-se uma distorção no que se refere a alocação de despesas de pessoal e consequente limitação de custeio administrativo entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e as entidades que recebem a delegação para o exercício de agências de águas. O custo de mão de obra está incluído no custeio administrativo das entidades delegatárias e sujeito ao limite de 7.5% dos recursos arrecadados com a cobrança (fonte 116). Em contrapartida, para a ANA, o pagamento dos servidores é feito pelo Tesouro Nacional, não sendo, portanto, limitado à arrecadação da cobrança (fontes 134 e 183).

Outro aspecto fundamental na apropriação dos custos das entidades delegatárias consiste em identificar claramente quais despesas podem ser classificadas como custeio e quais são consideradas atividades fim. Ou seja, qual custo está limitado a 7,5% e qual custo deve ser considerado investimento e atividade finalística (incluído nos 92,5%). Adicionalmente, outro desafio é o dimensionamento dos custos tendo em vista as atribuições da entidade delegatária, bem como, suas metas previstas no contrato de gestão.

## **5. Contratos de gestão**

Em linhas gerais a abordagem do grupo contemplou os contratos de gestão vigentes à época (até agosto de 2015) no que se refere ao escopo, atribuições, indicadores de resultados, recursos para atendimento das atribuições (humanos, infraestrutura, recursos financeiros, agentes técnicos e financeiros, dentre outros) e despesas.

As fontes de informações para estes itens foram as apresentações feitas na CTCOB, sítio da ANA e informações repassadas pelas entidades delegatárias.

A abordagem supracitada, envolveu as seguintes entidades delegatárias:

- AGB Peixe Vivo/ CBH-SF;

- IBIO AGB Doce/CBH Doce;
- AGEVAP/CEIVAP;
- Fundação Agência PCJ/CBH-PCJ; e
- ABHA/CBH- Paranaíba.

### 5.1. AGB Peixe Vivo

Esta entidade exerce as funções de agência de água do Comitê São Francisco desde 01/07/10. O contrato analisado teve vigência até 31/12/15. Destaca-se que em setembro deste ano o CNRH autorizou a prorrogação da delegação até 31/12/21 por intermédio da Resolução Nº 170.

#### a) Resumo das metas do contrato de gestão com ANA.

As metas foram definidas nos planos de trabalho constantes em 04 termos aditivos (vigentes até 31/12/15).

Essas metas estão divididas em 05 categorias de indicadores <sup>(1)</sup>, conforme pode ser observado na figura seguir:

Quadro 1 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1 A. CONTEÚDO DISPONÍVEL E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO COMITÊ
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2 A. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 2013-2105
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3 A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL
		3 B. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO
		3 C. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA PLEO USUÁRIOS
4	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	4 A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	5 A. AVALIAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA PELOS MEMBROS DO COMITÊ

#### b) Repasse de recursos

Desde julho de 2010 até o ano de 2013, a ANA repassou recursos da cobrança do setor elétrico (fonte 183) para atendimento do contrato de gestão no montante de R\$ 3.600.000,00.

<sup>(1)</sup> O detalhamento dos critérios e das metas pode ser acessado em:

[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/PeixeVivo/RelatorioGestao\\_PeixeVivo\\_2015.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/PeixeVivo/RelatorioGestao_PeixeVivo_2015.pdf)



Em 2014, o repasse de recursos provenientes da cobrança condominial (fonte 116) foi R\$ 23.077.185,00. O valor limite correspondente para o custeio foi de R\$ 1.730.788,00 (7.5% do repasse).

Adicionalmente, em 9 de dezembro de 2014, foi feito o repasse extra de R\$ 1.150.000,00 (fonte 183) para complementar as despesas de custeio da entidade.

### **c) Infraestrutura e recursos humanos para atendimentos das metas**

O contrato não prevê estrutura mínima para atendimento das metas. Destaca-se que a AGB Peixe Vivo exercia, além da função de secretaria executiva do Comitê CBH-SF, a função de entidade delegatária de dois comitês estaduais: CBH Velhas e CBH Pará.

Em virtude desse fato, do mesmo modo que ocorre com outras entidades, ficando difícil a identificação dos recursos humanos necessários para atendimento do contrato de gestão com a ANA.

A entidade estimou que para atender o contrato de gestão eram necessários 18 funcionários.

## **5.2. IBIO-Instituto Bioatlântica - AGB Doce**

A delegação foi feita por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011. O Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o IBIO - AGB Doce.

Em 2015 o CNRH, por intermédio da Resolução nº 168, autorizou a prorrogação da delegação até 31/12/2015.

### **a) Resumo das metas do contrato de gestão com ANA.**

As metas foram definidas nos planos de trabalho constantes em 02 termos aditivos (vigentes até 31/12/15 e 30/07/17, respectivamente).

Essas metas estão divididas em 05 categorias de indicadores, conforme pode ser observado na figura seguir <sup>(2)</sup>:

<sup>(2)</sup> O detalhamento dos critérios e das metas pode ser acessado em:

[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/IBIO/RelatorioGestao\\_IBioAgrDoce\\_2015.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/IBIO/RelatorioGestao_IBioAgrDoce_2015.pdf)

Tabela 8 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBH-DOCE.
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Plano de Aplicação Plurianual 2012-2015. 2B. Implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce do Rio Doce – PIRH-Doce.
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso sobre o valor anual repassado pela ANA (%). 3B. Índice de desembolso sobre o valor acumulado repassado pela ANA (%). 3C. Estudos de aprimoramento dos mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. 3D. Avaliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce pelos usuários.
4	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	4A. Atendimento ao usuário em cobrança. 4B. Impressão e envio de documentos de cobrança.
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	5A. Avaliação da Entidade Delegatária pelos membros do CBH-DOCE.

### b) Repasse de recursos

Foi previsto o repasse de R\$ 3.450.000,00 (fonte 183) entre 2011 a 2015, para ser aplicado no custeio administrativo e estruturação física da Agência.

Em 2015 foram repassados R\$ 6.730.508,36 como dotação orçamentário, conforme 1º termo aditivo <sup>(3)</sup>.

O segundo termo aditivo, por sua vez, previu repasse extra ao comitê, virtude do acidente ambiental (rompimento da barragem de rejeitos de mineração, em Mariana-MG), no valor de R\$ 10.975.600,00. <sup>(4)</sup>.

A arrecadação líquida com a cobrança condominial em 2015 (fonte 116) foi cerca de R\$ 10,7 milhões. No entanto, o valor repassado segundo a prestação de contas publicada no Diário Oficial - R\$ 1.738.273,82, indica que este montante inclui valores adicionais, tendo em vista que o percentual de 7,5% sobre a arrecadação na bacia, corresponde a R\$ 872.500,00.

### c) Infraestrutura e recursos humanos para atendimentos das metas

O contrato não prevê estrutura mínima para atendimento das metas. Além de exercer a função de secretaria executiva do Comitê CBH-Doce, o IBIO - AGB Doce também exerce as funções de Agência de Água para seis Comitês Estaduais Mineiros (CBHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu) e três Comitês Estaduais Capixabas (CBHs Guandu, Santa Maria do Rio Doce e São José).

<sup>(3)</sup> e <sup>(4)</sup> Acessados em:

[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/BaciaDoce/RioDoce/1TA\\_Contrato\\_n\\_072-2011.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/BaciaDoce/RioDoce/1TA_Contrato_n_072-2011.pdf)

<http://www.ibioagbdce.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Publica%C3%A7%C3%A3o-DOU-1.pdf>

Não foi possível identificar se o quadro de pessoas é para atender somente o contrato de gestão com a ANA ou o conjunto de contratos vigentes. O contrato não prevê estrutura mínima da entidade e/ou funções necessárias para atender às atribuições e metas. A entidade estimou que para atender os contratos seriam necessários 10 cargos de livre provimento e 14 mediante concurso público

### **5.3. AGEVAP - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul**

Esta entidade exerce as funções de agência de água do Comitê para integração da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) desde 06/06/04. O contrato analisado tem vigência até 30/06/16. Destaca-se que em setembro deste ano o CNRH autorizou a prorrogação da delegação até 31/12/21 por intermédio da Resolução Nº 170.

#### **a) Resumo das metas do contrato de gestão com ANA.**

As metas foram definidas nos planos de trabalho constantes em 14 termos aditivos (vigentes até 31/12/15).

Essas metas estão divididas em 05 categorias de indicadores <sup>(5)</sup>, conforme pode ser observado na figura seguir:

INDICADORES	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
INDICADOR 1 DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A - Conteúdo Disponibilizado e atualizado na página eletrônica do Comitê
INDICADOR 2 PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A - Plano de Aplicação Plurianual (2013-2016)
	2B - Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia (não se aplica à 2015)
	2C - Proposta de enquadramento
	2D - Relatório de Situação (não se aplica à 2015)
INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A - Índice de desembolso anual
	3B - Índice de desembolso acumulado (%)
	3C - Avaliação da cobrança pelos usuários
INDICADOR 4 OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	4A - Atendimento ao usuário em cobrança
INDICADOR 5 RECONHECIMENTO SOCIAL	5A - Reconhecimento Social

### **a) Repasse de recursos**

Em 2015 o valor repassado foi de R\$ 14.320.879,70. Este montante inclui o repasse extra de R\$ 1.171.585,61 (fonte 183) referente ao ano de 2014 para custear as despesas da AGEVAP e uma parcela do valor arrecadado em 2014 que foi repassada somente em 2015 <sup>(6)</sup>. Foi previsto também no 14º termo aditivo o repasse extra em 2015 de R\$ 1.284.045,73 (fonte 183) para custeio.

### **b) Infraestrutura e recursos humanos para atendimento das metas**

A AGEVAP também exerce a função de secretaria executiva do CEIVAP. A entidade tem contratos de gestão para atender 05 comitês de bacias hidrográficas do estado do RJ e dois Comitês de rios afluentes no estado de MG. Em vista disso e do contrato de gestão com a ANA não prever estrutura mínima para atendimento das metas, não foi possível obter dados mais específicos de demanda de mão de obra necessária para este contrato. A entidade estimou que para atender o contrato com a ANA são necessárias 18 pessoas.

## **5.4. Fundação Agência PCJ**

Esta entidade exerce as funções de agência de água dos Comitês da bacia hidrográfica PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ) desde 27/01/11, com término previsto em 31/12/20. A delegação de competência pelo CNRH foi formalizada pela Resolução Nº 111 de 13/04/10.

### **a) Resumo das metas do contrato de gestão com ANA.**

As metas foram definidas nos planos de trabalho constantes em termo aditivo.

Essas metas estão divididas em 05 categorias de indicadores <sup>(7)</sup>, conforme pode ser observado na figura seguir:

<sup>(5),(6)</sup> e <sup>(7)</sup> Dados obtidos em

[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/saq/CobrancaUso/Agencias/AGEVAP/RelatorioGestaoAgevap\\_2015.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/saq/CobrancaUso/Agencias/AGEVAP/RelatorioGestaoAgevap_2015.pdf)

<http://ceivap.org.br/contrato-de-gestao/cq-ana-agevap-014.2004-termo-aditivo-14.pdf>

[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/saq/CobrancaUso/Agencias/PCJ/PCJ\\_1\\_TA.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/saq/CobrancaUso/Agencias/PCJ/PCJ_1_TA.pdf)

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica dos COMITÊS PCJ ou da CONTRATADA
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Plano de Aplicação Plurianual. 2B. Enquadramento 2C. Implementação das ações do Plano das Bacias PCJ
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso anual 3B. Índice de desembolso acumulado 3C. Avaliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia pelos usuários
4	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	4A. Atendimento ao usuário em cobrança. 4B. Manter o Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	5A. Avaliação da Entidade Delegatária pelos membros dos COMITÊS PCJ

### **b) Repasse de recursos**

Em 2015 o valor total arrecadado com a cobrança na calha federal foi de R\$ 17.085.086,77 <sup>(8)</sup>. Destes, o limite de 7,5% para custeio corresponde a R\$ 1.281.318,00.

### **c) Infraestrutura e recursos humanos para atendimentos das metas**

A Fundação Agência PCJ também exerce a função de secretaria executiva dos Comitês PCJ. A entidade atende os dois comitês de bacias hidrográficas afluentes dos estados de SP e de MG. Em vista disso, e do contrato de gestão com a ANA não prever estrutura mínima para atendimento das metas, não foi possível obter dados mais específicos de demanda de mão de obra necessária para este contrato.

A entidade estimou que para atender o contrato com a ANA são necessárias 16 pessoas.

## **5.5. ABHA - Associação multisetorial de usuários de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Araguari - CBH- Paranaíba**

Esta entidade teve a delegação para exercer as funções de agência de água do Comitê da bacia hidrográfica do rio Paranaíba desde 07/03/12, com término previsto em 31/12/16 e tem 02 termos aditivos. As delegações do CNRH para exercício das funções de agência de água foram formalizadas por intermédio das Resoluções CNRH nº 134 (15/12/11) e nº 149 (28/06/13). Entretanto, o objeto do contrato (e respectivo plano de trabalho) explicita somente metas atinentes a estruturação e funcionamento do Comitê. Este comitê não tem cobrança instituída até a data desta avaliação (2015).

<sup>(8)</sup> Estas informações foram acessadas em

[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/saq/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/PorUsuarioPCJ\\_2015.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/saq/CobrancaUso/Arrecadacao/2015/PorUsuarioPCJ_2015.pdf)

### a) Resumo das metas do contrato de gestão com ANA.

As metas foram definidas no plano de trabalho constante no contrato e seus termos aditivos.

Essas estão divididas em 04 categorias de indicadores <sup>(9)</sup>, conforme pode ser observado na figura seguir:

• METAS E INDICADORES

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	PLANEJAMENTO E REGISTRO DE ATIVIDADES	1.1 AGENDA ANUAL DE ATIVIDADES
		1.2 RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES
2	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS	2.1 PLENÁRIAS DO CBH PARANAÍBA
		2.2 REUNIÕES DA CTPI
		2.3 REUNIÕES DE INTEGRAÇÃO
		2.4 REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO
		2.5 SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO
3	RECONHECIMENTO SOCIAL	3.1 AVALIAÇÃO PELOS MEMBROS DO CBH PARANAÍBA
4	MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.1 PLANO DE COMUNICAÇÃO
		4.2 SÍLIO ELETRÔNICO
		4.3 BOLETIM ELETRÔNICO TRIMESTRAL
		4.4 SPOTS
		4.5 MATERIAL GRÁFICO

### b) Repasse de recursos

O valor total do repasse<sup>(10)</sup> de recursos previsto no contrato foi de R\$ 1.975.000,00 (fonte 183). Sendo que, para a exercício de 2014 e 2015, o montante anual a ser repassado corresponde a R\$ 420.000,00 (fonte 183).

### c) Infraestrutura e recursos humanos para atendimentos das metas

A ABHA exerce a função de secretaria executiva do Comitê Paranaíba. A entidade também exerce funções de agência para o comitê de bacia hidrográfica do rio Araguari de MG. Em vista disso e do contrato de gestão com a ANA não prever estrutura mínima para atendimento das metas, não foi possível obter dados mais específicos de demanda de mão de obra necessária para este contrato.

A entidade estimou que para atender o contrato com a ANA são necessários 03 funcionários próprios e um terceirizado.

<sup>(9)</sup> <sup>(10)</sup> Estas informações foram acessadas em

<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/ABHA/ContratodeGestaoANA-ABHA.pdf>

[http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/ABHA/TermoAditivo\\_ABHA\\_Assinado.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/ABHA/TermoAditivo_ABHA_Assinado.pdf)

## **6. Alocação dos recursos para o atendimento dos contratos de gestão.**

A descrição resumida constante nos itens acima, a partir dos dados e informações existentes nos contratos de gestão e em seus aditivos, bem como das informações apresentadas à CTCOB, permite fazer as seguintes inferências:

- Não consta dos contratos ou dos planos de trabalho uma estimativa de demanda de recursos humanos para atendimento das metas e dos indicadores;
- Cada entidade define como faz a gestão deste atendimento - se por intermédio de equipe própria ou de equipe terceirizada;
- Não fica claro quais das metas previstas no contrato de gestão constituem atividades meio (custeio) ou atividades fins, dificultando a sua alocação e a verificação dos limites de custeio;
- O agrupamento de indicadores apresenta características similares na maioria dos contratos, entretanto, com metas distintas para cada Comitê;
- O dimensionamento de recursos para exercício da função de secretaria executiva fica "embutido" nas demais despesas com pessoal;
- A existência de contratos de gestão com outros entes, dificulta a alocação de mão de obra e demais insumos;
- A atuação das entidades no que se refere às atividades de gerenciamento de projetos, exercício de funções de agente técnico é muito distinta (mão de obra própria ou terceirizada). Além disso, não existe uma definição clara de como deve ser feita a alocação dos custos (custos de contratação de agentes técnicos e financeiros).

## **7. Avaliação dos aspectos operacionais e estruturais da sustentabilidade econômico financeira das entidades delegatárias**

A avaliação da sustentabilidade econômico-financeira das delegatárias por parte do GT-ED limitou-se a análise de dados macro, associados aos contratos de gestão e às informações apresentadas à CTCOB. Não foi possível avaliar a classificação das despesas e fazer a análise dos balanços financeiros.

Quatro entidades delegatárias das funções de agência de água relataram dificuldades financeiras para exercício de suas funções. Destas, três (AGEVAP, IBIO AGB Doce e AGB

Peixe Vivo) receberam recursos adicionais da ANA, provenientes da fonte 183, para complementar sua receita de custeio nos anos de 2014 e 2015.

O balanço de receitas e despesas fica obviamente prejudicado tendo em vistas as questões de alocação e segregação de despesas mencionadas no item anterior.

Entretanto, do ponto de vista das receitas, a vinculação do custeio das entidades delegatárias ao repasse dos recursos da cobrança condominial como uma única fonte de recursos configura-se em outra questão que precisa ser solucionada de forma mais estrutural no âmbito do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

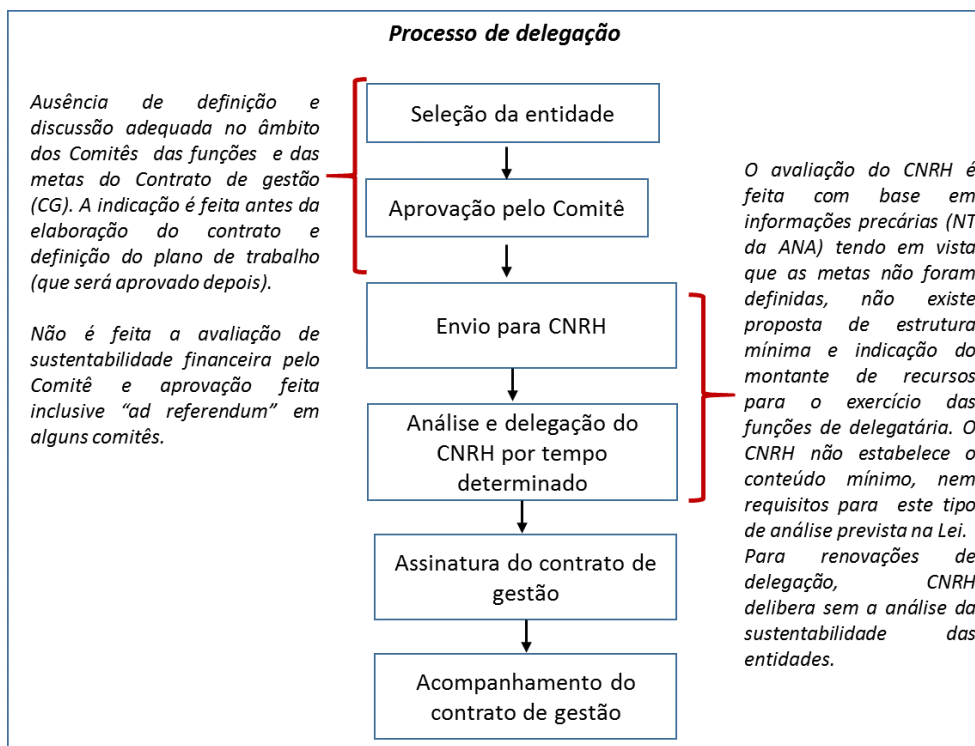
Cabe destacar novamente, que diferentemente das entidades delegatárias, a Agência Nacional de Águas (ANA), para o exercício das suas funções, tem seu quadro de pessoas custeado pela fonte de recursos 100 do Tesouro Nacional e não pela fonte 183 - que corresponde ao pagamento pelo uso da água pelo setor elétrico (0,75%).

A limitação do custeio administrativo a 7,5% tendo por base o montante arrecadado com a cobrança pelo uso da água fica restrita, portanto, somente as entidades delegatárias.

#### **8. Processo de indicação, seleção e delegação para exercício das funções de agência de águas**

A figura a seguir apresenta alguns destaques de fragilidades e deficiências que foram observadas nos processos de delegação apreciados no CNRH ao longo de 2014 e 2015:





O acompanhamento da execução das metas do contrato é feito por intermédio de uma Comissão de avaliação sob a coordenação da ANA e de um grupo de acompanhamento criado no âmbito do respectivo Comitê.

## 9. Considerações finais e recomendações

A abordagem adotada de avaliação dos contratos de gestão, ainda que sem a análise detalhada dos demonstrativos financeiros, indicou que a alocação de recursos para o atendimento das metas é feita de forma distinta em cada entidade, bem como a alocação de despesas para o exercício da função de secretaria executiva.

Em que pese a elaboração por parte da ANA de resoluções que orientam a aplicação dos recursos, persistem dificuldades importantes para segregação do que sejam despesas meio (custeio) e despesas finalísticas.

A dificuldade de correlacionar metas e funções com recursos, em parte, deve-se à existência de outros contratos de gestão. Além deste aspecto, a ausência de previsão e estimativa de recursos para atendimento das metas é outro importante limitador.

Do ponto de vista de processo de indicação e seleção, também se observaram fragilidades importantes. Notadamente com respeito a ausência de conteúdo mínimo de

informações que devem ser fornecidas aos Comitês e ao CNRH, de modo a subsidiar a avaliação da sustentabilidade econômico financeira.

Outro aspecto importante é a ausência de regramento pelo CNRH quanto a alocação dos recursos da fonte 183 (pagamento pelo setor elétrico) para apoio ao custeio das delegatárias.

Considerando-se as deficiências identificadas e relatadas neste documento, faz-se as seguintes recomendações:

- Retomada, na CTCOB, da discussão da evolução da situação das delegatárias em relação a sua sustentabilidade econômico financeira tendo em vista as metas do contrato de gestão e o exercício da função de secretaria executiva;
- Proposição, pelo CNRH, de procedimento contendo regras gerais para a avaliação da sustentabilidade econômico financeira das delegatárias com vistas à indicação, seleção, contratação e delegação;
- Proposição, pelo CNRH, de normativa para a aplicação dos recursos da cobrança pelo setor elétrico para apoio ao custeio das delegatárias.

São José dos Campos, 23 de junho de 2016

Coordenadora do GT - ED Zeila C. Piotto	Relator do GT - ED Jaildo Santos Pereira